

Artigo – Administração Brasileira.

A teoria da delimitação dos sistemas sociais e sua missão social

Nome: Leandro Theodoro Guedes ¹
Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
e-mail: ltheodoroguedes@yahoo.com

RESUMO

O texto teve por objetivo apresentar a missão social da teoria da delimitação dos sistemas sociais desenvolvida por Alberto Guerreiro Ramos em sua última obra. Considerando a ampla repercussão da proposta no campo da administração, buscou-se desenvolver a análise de função para compreender a missão social da proposta do autor. Compreendeu-se que a teoria se desenvolveu diante de questão imposta pela falência dos métodos de gestão do capitalismo e o esgotamento dos recursos naturais, bem como a insatisfação do autor com a ascensão dos governos neoliberais. O autor então desenvolve a ideia da racionalidade substantiva como habilitadora de um isolamento do indivíduo das relações sociais e também habilitadora para o desenvolvimento de uma organização social derivada do mundo antigo que sugere um disciplinamento do mercado pela política, e que apresenta uma multiplicidade de enclaves que buscam uma nova organização do modo de produção capitalista, confirmando-se a teoria em questão como uma manifestação do anticapitalismo romântico.

Palavras-chave: Administração política, Racionalidade substantiva, Delimitação dos sistemas sociais.

ABSTRACT

The paper aimed to present the social mission of the theory of the social systems delimitation developed by Alberto Guerreiro Ramos in his latest work. Considering the broad repercussion of the proposal in the field of management, the paper aim was to develop a functional analysis to understand the social mission of the author's proposal. It was understood that the theory was developed in response to a question imposed by the failure of capitalist management methods and the depletion of natural resources, as well as the author's dissatisfaction with the rise of neoliberal governments. The author then develops the idea of substantive rationality as enabling the isolation of the individual from social relations and also enabling the development of a social organization derived from the ancient world that suggests a control of the market by politics, and that presents a multiplicity of enclaves that seek a new organization of the capitalist mode of production, confirming the theory as a manifestation of romantic anti-capitalism

Keywords: Political administration, Substantive Rationality, social systems delimitation

[Submetido em 28-06-2025 – Aceito em: 12-09-2025 – Publicado em: 22-12-2025]

¹ Graduado em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2016; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2019; e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Viçosa em 2024.

Introdução

A obra de Alberto Guerreiro Ramos é frequentemente visitada no campo da administração, especialmente nos estudos organizacionais e na administração pública. O pensamento de Ramos é reconhecido como uma forma de consciência voltada para a administração política, ou da administração do capitalismo por meio do disciplinamento do Estado e sua articulação. Não é sem razão as deferências que o autor fez a figuras importantes do pensamento econômico como representantes da CEPAL ou Keynes (Ramos, 1995; Ramos, 1982). Em verdade, o autor é um dos poucos intelectuais brasileiros que pensou a administração para além da gestão das corporações ou do Estado como entes isolados.

Sua última obra, *A Nova Ciência das Organizações*, de 1989, é tema de discussão. Seja por meio do debate sobre o modelo proposto e suas causas ou sobre a questão da racionalidade substantiva nas organizações, o livro adquiriu forte relevância nacionalmente, sendo amplamente debatido (Azevedo; Albernaz, 2015; Santos, 2001, Serva et al, 2014, Gurgel; Justen, 2021, Santos, Santos, Braga, 2015; Tres, Souza, 2022).

Tema, contudo, pouco explorado, é a função (ou missão social) do novo modelo alocativo de recursos proposto pelo sociólogo. Isto é, à qual questão emergente do terreno econômico Ramos procura responder e qual é o caráter dessa resposta em termos político-econômicos. Embora haja literatura voltada para o esclarecimento dos conceitos utilizados e o esforço de Ramos em mostrar, “como se libertar do emprego da economia de mercado e se dedicar ao trabalho como instância da realização do corpo e da mente” (Santos, 2001, p. 60), é possível dizer que os elementos concretos fundantes que provocaram o autor e seu horizonte de ação ainda são pouco explorados, bem como o caráter da resposta dada pelo autor.

Metodologicamente, o presente texto é desenvolvido a partir da determinação social do pensamento e seu tríptico metodológico, gênese, função e análise imanente (Lukács, 2020, Paço Cunha, 2023). Interessa para a presente pesquisa, especialmente a análise de função. Para realizá-la, devem ser extraídos os elementos políticos, econômicos e sociais de um determinado período histórico que colocam as questões a serem respondidas, e a finalidade pretendida e o efeito que exercem determinadas ideias na

realidade concreta. É preciso ressaltar que embora a ideologia seja determinada por sua função social, a finalidade pretendida não coincide com a finalidade efetivada, pois a última depende da real capacidade de as ideologias se tornarem veículos práticos (Lukács, 2013; Marx, 2013). Portanto, o rastreamento da função pode se dar de modo limitado no âmbito das pretensões, na medida em que o objeto ideológico não é sinônimo de ideologia. Nesse sentido, é elementar destacar a importância da análise imanente do texto, com a qual “cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam” (Chasin, 1978, p. 77).

Além d'A Nova Ciência das Organizações (1989), foram analisados outros textos publicados por Ramos no período precedente. Por meio de uma análise preliminar, foi identificado que, nesses textos, o autor explica algumas posições e apresenta razões pelas quais tomou certos direcionamentos no livro. São os textos: “Modernização e declínio econômico do Brasil” (1979), “O Governo Reagan e o fim da compaixão” (1981), “Notícia sobre a nova teoria econômica” (1981), “Problemas alocativos da economia brasileira” (1981), “Economia política reconsiderada” (1981), “As confusões em torno do industrialismo” (1981), A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980 (1982). Além de entrevistas concedidas pelo autor ao Jornal do Brasil em 1979 e a Lucia Lippi Oliveira em 1995.

O trabalho está dividido em mais quatro seções além desta introdução. Logo em seguida, são apresentados os aspectos fundantes que sustentam o modelo alocativo, em seguida são tratadas a origem da racionalidade substantiva e a inspiração no mundo antigo para a formulação do modelo e por fim são apresentadas considerações finais seguidas das referências.

Aspectos fundantes da delimitação dos sistemas sociais

Para a compreensão da missão social desenvolvida em A nova ciência das organizações, é necessário primeiramente compreender a motivação para o escrito do texto. A partir das manifestações do próprio Ramos, é possível chegar a ela.

Fundamentalmente, duas são as razões históricas preponderantes para o autor. A primeira delas é o esgotamento da chamada sociedade moderna e a correlata indústria

convencional. Segundo Ramos, a chamada industrialização convencional “converte o mercado em agência reguladora do processo de produção e consumo, bem como legitima, em nome da prosperidade, a distorção contínua dos processos restaurativos da natureza” (Ramos, 1981c, p. 5). Tornando-se deletéria para a “condição humana e a capacidade autorregenerativa do ecossistema” (Ramos, 1981c, p. 5).

Para Ramos, a origem do problema estava também relacionada ao avanço tecnológico, pois a “revolução industrial consistiu na transformação do mercado num sistema autônomo de relações ao qual a sociedade em geral se tornou progressivamente subordinada” (Ramos, 1979b, p. 2). O esgarçamento de recursos naturais levava-o a concluir que “declínio entrópico do universo é irreversível, e assim a ilimitada e contínua extração de recursos não renováveis da natureza, ainda que a altos preços, é impossível” (Ramos, 1979b, p. 2). Na esteira desses problemas identificados, dizia ele, a respeito do Brasil, que “Não podemos continuar impassíveis diante de uma industrialização que sistematicamente destrói a capacidade interna do país de comandar o seu processo de alocação de recursos ao invés de fortalecê-la” (Ramos, 1979a, p. 6). A isso o autor adicionava o que considerava ser um dos aspectos conformadores da modernidade, isto é, a emancipação do mercado do controle político.

Também é possível ver que Ramos estabeleceu uma relação direta entre a evolução das ciências naturais e os problemas decorrentes do industrialismo. Numa entrevista dada anos antes da publicação da obra, dizia ele que havia uma relação direta entre a física de Galileu e Newton e a Revolução Industrial, bem como os efeitos deletérios desta sobre a natureza. Podemos assim ler que

a física de Galileu e Newton padece dessa falácia porque considera um aspecto da realidade como a realidade em geral. Mais especificamente, eles identificaram o fenômeno físico como simples corporalidade. Desta concepção decorre a falácia da locação simples da matéria como se esta se apresentasse fragmentada em segmentos definidos e descontínuos do tempo e do espaço. Ambas estas falácias afetam a física do século XVII e XVIII que, por assim dizer, deu carta branca aos atores que, nos últimos dois séculos, empreenderam a extração predatória de recursos da natureza, conhecida sob a expressão "revolução industrial". quando avaliada do ponto de vista da ecologia a "revolução industrial" é menos um sucesso do que geralmente se admite. Desde o seu início até o presente, o processo de formação da civilização industrial clássica tem-se baseado numa

concepção distorcida e falaciosa do fenômeno físico como, aliás, também do fenômeno social. teorias inapropriadas de ambos esses fenômenos e, conseqüentemente, seus correlatos, isto é, tecnologias inapropriadas constituem a base da sociedade industrial clássica (Ramos, 1979a, p. 5).

Por um lado, portanto, a ciência social, foi incapaz de ordenar a sociedade devidamente, e, por outro, o desenvolvimento das ciências naturais, que facultou a exploração da natureza a serviço do avanço das forças produtivas, é uma das razões causadoras dos problemas sociais. Por conseguinte, resta a impotência da ciência social moderna em deter tais problemas: “a ciência social anglo-germânica e o marxismo, prisioneiros neste clima de opinião, não podem transcender a decadência e proverem o tipo de conhecimento necessário para dirimir a presente crise do mundo e do Brasil” (Ramos, 1982, p. 545).

Considerando esse ceticismo e a aversão à modernidade, é também um aspecto de destaque o pessimismo contido na ideia de que a humanidade passou a viver um período de decadência após a Revolução Industrial, da qual “resultou a promoção da economia ao papel de referente por excelência do modo de relações entre seres humanos, e entre esses e a natureza” (Ramos, 1982, p. 545). Por sua vez, a ciência social “nas suas modalidades anglo-germânica, marxista e paramarxista, é manifestação doutrinária e ideológica da decadência” (Ramos, 1982, p. 545).

Considerando todos esses vícios da sociedade moderna e a referência nas sociedades antigas, argumenta Ramos que “a ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos” (Ramos, 1989, p. 22). Como consequência, “hoje em dia a expansão do mercado atingiu um ponto de rendimentos decrescentes, em termos de bem-estar humano. A moderna ciência social deveria, portanto, ser reconhecida pelo que é: um credo, e não verdadeira ciência” (Ramos, 1989, p. 22). Esse papel legitimador seria exercido pela simples existência da ciência moderna, sem qualquer relação ou mediação com as relações sociais, sendo, portanto, um importante motivo para o autor desenvolver seu modelo.

Internamente, no Brasil, também se colocava como importante fator o esgotamento do desenvolvimentismo como aspecto da sociedade moderna. Os

investimentos não provocaram os resultados almejados e o país entrou em recessão econômica. Segundo ele,

O Brasil não tem saída dentro da história moderna e hoje está completamente capturado dentro da história moderna, que é uma história de fracassos. O maior fiasco que já houve é a sociedade industrial. Um grande fiasco! Destruiu os elementos permanentes da existência humana, destruiu a natureza, e nós ainda estamos nessa mentalidade moderna de desenvolvimento, nessas coisas” (Ramos, 1995a, p. 178).

Depois de defender o projeto nacional-desenvolvimentista no seu período isebiano e trabalhista até meados dos anos 1960, já no final dos anos 1970 o autor fazia uma avaliação negativa da concreção daquele projeto. Segundo ele, a “modalidade de desenvolvimento vigente no Brasil é resultado necessário da concepção mecanicista do processo econômico. O pressuposto básico desta concepção é o de que o mercado é o único referente do processo alocativo” (Ramos, 1979b, p. 2). Aduzia ainda que o modelo econômico então vigente “enriquece uns poucos indivíduos, mas ameaça destruir a nação, entendida como a comunidade dos interesses e de destino de todos os brasileiros sem exceção” (Ramos, 1979c, p. 2). Nosso autor entendia que isso resultou “da perversa alocação de recursos que o governo empreende com base apenas nos critérios ditados pelo setor formal do mercado” (Ramos, 1979c, p. 3).

A outra importante razão estava na ascensão de governos com orientação neoliberal, simbolizada pelo governo Reagan, nos Estados Unidos a partir de 1981, que reiterava o domínio das grandes corporações sobre o rumo da administração do Estado. Segundo Ramos, o poder das corporações, do qual a teoria econômica era submissa, “obstrui o exercício da soberania das nações” e “trata como colonos não somente os povos periféricos como também o povo norte-americano” (Ramos, 1981a, p. 5). Essa inclusive é uma questão que já assediava o autor desde os anos 1960. O sociólogo brasileiro foi influenciado pela obra *The Organization Man* de W. Whyte que investigava altos gestores de grandes corporações estadunidenses. O conceito de homem parentético é cunhado a partir dessas reflexões acerca da necessidade de resistir ao poder das corporações. Indubitavelmente, o poder das corporações era um fato naquele período. Alguns dados pontuam essa predominância. Entre 1955 e 1970, as receitas das dez maiores corporações estadunidenses chegaram a 9% do PIB (Fortune, s/d). Nesse mesmo

período, as companhias norte-americanas também recuperaram 28,8 bilhões de dólares do capital investido externamente (Baran; Sweezy, 1966, p. 112) (a concentração de capitais nas grandes corporações é umas das características do imperialismo no capitalismo tardio, como mostrou Mandel (1982)).

Para Ramos, aquele governo iniciara adotando medidas já desgastadas apoiadas na economia neoclássica e também na doutrina keynesiana.

não mais se verifica a competição atomística das empresas, como supõe a incipiente doutrina Reagan. Diversamente, as grandes corporações exercem no sistema decisões discricionárias na alocação de recursos, as quais lhes asseguram não só uma soberania incontestável sobre a população dos consumidores como um controle do mercado, que restringe as oportunidades de sucesso de pequenos e médios empresários. Por assim dizer, o conglomerado das grandes empresas usurpou substancial parcela do Governo (Ramos, 1981a, p. 5).

Por isso, buscava a elaboração de novas medidas de administração ou de “um novo modelo para a vida humana associada”, na medida em que o “sistema” se encontrava “novamente em cheque e, a menos que o equivalente a uma terceira guerra mundial ocorra (e, neste caso, é a própria civilização que seria ameaçada) nada – se não o que chamo de delimitação do papel alocativo do mercado formal – poderá constituir a base para a construção de um sistema económico viável” (Ramos, 1982, p. 94). É importante caracterizar o diagnóstico que o autor fazia em artigos do final dos anos 1970, pois eles também anunciam, de certa maneira, as soluções apontadas pelo autor em sua última obra.

Nesse sentido, buscava se desprender tanto do liberalismo, quanto do marxismo, tidos por ele como representantes das ideologias apologetas do mercado, e até mesmo do keynesiansimo. Em reação à Keynes, o próprio autor diz ter sido menos “receptivo às suas posições como meu instrutor em economia” (Ramos, 1982, p. 93). Segundo Ramos, era necessário se concentrar nos elementos que faltavam às ideias de Keynes, tais como

1) a subordinação do mercado a prescrições políticas e institucionais deveria ser proclamada, não como expediente ou diretriz temporária, mas como requisito permanente de sanidade econômica, 2) qualquer programa de recuperação econômica deveria ter por objetivo não somente reanimar as atividades do mercado formal, mas também

incluir como item definitivo da agenda governamental a mobilização contínua da capacidade produtiva de subsistemas fronteiriços e exteriores ao mercado formal (Ramos, 1982, p. 94).

É preciso dizer que o pensamento keynesiano também perdera prestígio no início da década de 1980, uma vez que os remédios contidos em sua doutrina foram considerados ineficientes para deter a crise dos anos 1970. Segundo Brenner (2006, p. 169), isso aconteceu por conta da “persistência paradoxal do excesso de capacidade e superprodução no setor manufatureiro diante da redução da lucratividade, um fenômeno para o qual o subsídio keynesiano à demanda contribuiu poderosamente”. Em geral, para Ramos, o próprio pensamento econômico se mostrava incapaz de dar respostas às questões emergentes, uma vez que:

afirma que as chamadas leis do mercado são inadequadas para explicar as relações de produção e troca em sociedades pré-capitalistas. Aí inclusive as pré-letradas. As leis do mercado não são universais, tendo apenas limitada validade nas sociedades que se formaram no decorrer da grande transformação de que resultou o moderno sistema capitalista, isto é, uma configuração histórico-social excepcional na história da espécie humana (Ramos, 1981b, p. 2).

Para ele, ambas estavam circunscritas de maneira subserviente ao “mercado”. Mas esse fracasso nas tentativas apresentou condições para “a implementação de desenho econômico e social alternativo que, hoje, à revelia da estrutura social dominante, está sendo empreendido por ensaios e erros graças à iniciativa da massa de cidadãos decididos a bater o sistema” (Ramos, 1981a, p. 5). Desse modo, Ramos procura desenvolver uma espécie de “terceira via”, uma alternativa que pudesse lidar de modo distinto com os problemas do capitalismo, ou nas suas palavras, um “novo modelo de alocação”. Esses aspectos são centrais ainda que exista para o autor uma deferência clara a Keynes que inclusive inspirou o método expositivo de sua obra. Considerando os elementos coletados, é possível dizer que a grande pergunta sobre a qual o autor se debruçou foi: Diante das marcas da crise, e do fracasso das alternativas postas, de que maneira é possível reorganizar a sociedade capitalista?

Estas razões não são desimportantes, pois indicam que o autor não ocupou da elaboração de um método de administração geral, ou voltado para organizações específicas, mas num método de organização social capaz de dar respostas concretas aos

problemas identificados. Segundo ele próprio no prefácio, o “livro proclama que tal ciência nada mais é do que uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado, e propõe a sua substituição por uma nova ciência, entendida essencialmente como teoria da delimitação dos sistemas sociais” (Ramos, 1989, p. XV). Esses elementos são importantes para situar o objetivo do autor que era a produção de um novo modelo administrativo-econômico que respondesse à crise da modernidade que se manifestava por meio tanto do industrialismo convencional quanto da falência dos modelos econômicos vigentes focados no mercado

A racionalidade substantiva: a base filosófica para a delimitação dos sistemas sociais

Embora o autor estivesse se referindo mais centralmente às teorias contemporâneas, o problema da economia política estava desde a sua concepção. Inclusive, o próprio título de sua última obra é bastante elucidativo para caracterizar a tentativa de resposta aos problemas da “ciência social moderna”. O autor parte da chamada “crise da modernidade”. Para Ramos, de Hobbes até Marx, a ciência social nada mais fez do que legitimar a sociedade baseada no mercado e na racionalidade instrumental.

Para romper com essa tradição, o autor defendeu uma nova ciência das organizações baseada numa racionalidade substantiva, capaz de controlar o mercado e a exploração da natureza e dar espaço para outras formas de organização da vida humana associada. A racionalidade, para ele, “prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social” (Ramos, 1989, p. 23). Com efeito, a racionalidade na modernidade é restrita na medida em que o “homem racional não se preocupa com a natureza ética dos fins per se. É um ser que calcula, decidido apenas a encontrar, com precisão, meios adequados para atingir metas, indiferente ao respectivo conteúdo de valor” (Ramos, 1989, p. 122). Estava colocada uma crítica da cultura da sociedade capitalista, sendo necessário um novo tipo de racionalidade.

Direcionando-se para o escrutínio dos autores clássicos da filosofia e ciência social moderna, argumentou Ramos que “por um lado, de Hobbes a Adam Smith e aos modernos cientistas sociais em geral, instintos, paixões, interesses e a simples motivação

substituíram a razão, como referência para a compreensão e a ordenação da vida humana associada”. Por outro lado, “sob a influência do Iluminismo, de Turgot a Marx, a história substituiu o homem, como portador da razão” (Ramos, 1989, p. 4). Disse ainda que “sob a influência do critério serialista do Iluminismo, vários autores imaginaram ter compreendido os padrões de acordo com os quais a história se desenrola” (Ramos, 1989, p. 40). Em outros termos, para esses autores ligados à ciência moderna, “é a história, não a psique humana, a sede da razão” (Ramos, 1989, p. 16). Para o autor, era fundamental que essa mudança, portanto, ocorresse no âmbito da consciência, pois “é a razão, em sentido substantivo, que capacita os seres humanos a compreenderem as variedades históricas da condição humana” (Ramos, 1989, p. 46). Segundo o autor brasileiro, com a razão substantiva, a “história torna-se significativa para o homem através do modo paradigmático de autointerpretação do sistema político. Seu significado não pode ser capturado por categorias seriais de pensamento” (Ramos, 1989, p. 29).

Como um aspecto da ciência social moderna de seu interesse maior n’A Nova Ciência, o autor se direciona mais propriamente para as teorias organizacionais. Nelas, verificou o mesmo processo apontado nas ciências sociais, no humanismo, ou nas teorias ligadas às relações humanas. Segundo ele, o “atual humanismo integracionista das organizações toma por base uma concepção sociomórfica da atualização humana, e, pois, opõe resistência ao reconhecimento do fato de que a psique humana contenha qualquer elemento substantivo que não seja interiorizado mediante o processo de socialização” (Ramos, 1989, p. 99). O humanismo seria assim o exemplar evidente das ciências sociais que deslocam a posição da razão da psique para a sociedade.

O autor retomou um aspecto que já estava maduro na elaboração do “homem parentético”, qual seja, a condenação da vida em sociedade. Dessa vez, o ponto é a identificação de um tipo de racionalidade que se manifestasse no isolamento do indivíduo, na sua psique. Na esteira da consideração do indivíduo como uma entidade separada da sociedade, o autor apresentou assim a necessidade de auto-atualização:

Na realidade, o indivíduo confere significação a sua vida quando tal significação, primordialmente, resulta da atualização de suas potencialidades pessoais. Contudo, isto não quer dizer que, ao atualizar-se, possa o indivíduo dar plena expansão a suas compulsões psicológicas e deva se permitir a realização indiscriminada de suas potencialidades. Na verdade, terá ele até que

lutar contra muitas delas, se estiver decidido a alcançar o objetivo pessoal sem par de sua vida. A auto-atualização conduz o homem na direção da tensão interior, no sentido da resistência à completa socialização de sua psique. (Ramos, 1989, p. 100).

À medida em que vai se erguendo uma luta entre o indivíduo e a socialização, o que se coloca como alternativa é uma “auto-atualização” que se volta para o interior do indivíduo na preservação da psique. Isto é, os problemas emergentes das relações sociais que afetam os indivíduos somente podem ser enfrentados na interioridade da psique.

Contrariando a racionalidade instrumental da modernidade, a “racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular” (Ramos, 1989, p. 23). A racionalidade substantiva privilegia o que está além do social, de maneira que “nunca poderá ser um atributo definitivo da sociedade, pois é diretamente apreendida pela consciência humana, não pela mediação social” (Ramos, 1989, p. 16). Agora, não somente a consciência se colocava como um pressuposto para a existência, mas a consciência isolada da sociedade produz a razão ideal. Com a teoria substantiva, a ordenação das associações humanas independe “de qualquer processo particular de socialização” (Ramos, 1989, p. 29).

O problema, para o autor, não eram as relações sociais específicas de cada tipo de sociedade, mas a socialização em si, ou a “socialização do mercado”, as próprias relações sociais. Assim, concordando com outros autores propositores da racionalidade substantiva², arrematou dizendo que “na sociedade moderna, a racionalidade se transformou numa categoria sociomórfica, isto é, é interpretada como um atributo dos processos históricos e sociais, e não como força ativa na psique humana” (Ramos, 1989, p. 19). Ao estar ancorada em processos sociais, a modernidade deforma a existência.

Com a socialização, nas sociedades modernas, “a psique do indivíduo médio foi assimilada no modelo de uma personalidade fechada, inteiramente incluída em limites mundanos” (Ramos, 1989, p. 18). De modo que a “unidimensionalização é um tipo

² Ramos menciona autores como Weber, Mannheim, Voegelin e Horkheimer como intelectuais que também tinham uma concepção que separava a racionalidade instrumental da racionalidade substantiva.

específico de socialização, através do qual o indivíduo internaliza profundamente o caráter - o ethos - do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais” (Ramos, 1989, p. 142). Nesse caso, o homem moderno, unidimensional, que, por meio da socialização assimila o “ethos do mercado” e reproduz isso em sua vida cotidiana. O homem parentético, conceito desenvolvido pelo autor na década de 1970, representava uma tentativa de resistência a processos como esses. Dizia o autor que “a atitude parentética é definida pela capacidade psicológica do indivíduo de separar a si mesmo de seu ambiente interno e externo. Os homens parentéticos prosperam quando termina o período da ingenuidade social” (Ramos, 1984, p. 8). Acompanhando Gurgel (2020, p. 84), pode-se ler que “seu modelo de homem se fecha no recinto dos parêntesis, inviolável, impermeável ao que acontece no exterior, de modo que, através de um exercício de autorreconhecimento, crítico, ‘se abisma em si’”.

Restam assim, as concepções de isolamento do indivíduo em si mesmo. De maneira conclusiva, “o desenvolvimento pessoal e a solidão pessoal são inseparáveis. O desenvolvimento pessoal desdobra-se vindo da psique individual e, com toda a probabilidade, é dificultado por processos sociais ou de realimentação grupal. Toda socialização é alienação” (Ramos, 1989, p. 112). Ao mesmo tempo em que condena todo o processo de socialização, Ramos também admite sua inevitabilidade, o que resulta também nos problemas colocados para o desenvolvimento pessoal, que só pode ser realizado com a solidão ou pelo isolamento da psique.

Assim como na discussão do homem parentético, o resultado do exercício da razão substantiva é a fuga individual. Com a fuga operada pela racionalidade substantiva, os “verdadeiros atualizadores são os agentes capazes de manobrar, no mundo organizacionalmente planejado, de modo a servirem aos objetivos desse mundo com reservas e restrições mentais, sempre deixando algum espaço para a satisfação de seu projeto especial de vida” (Ramos, 1989, p. 99). Restando por fim, aos “atualizadores”, resistir. Inclusive esse argumento é fundamental, pois A Nova Ciência planeja um novo tipo de organização societal sem romper com as bases da sociedade atual. Se do ponto de vista do indivíduo, trata-se de colocar em práticas desejos pessoais, do ponto de vista da totalidade, o expediente é disciplinar o mercado e dar mais espaço para a atuação do Estado. Portanto, o modelo proposto pelo autor parte de uma mudança na racionalidade

que é projetada para o todo social.

A própria concepção de produzir uma nova racionalidade, a despeito da manutenção das mediações sociais é muito importante na argumentação do autor, pois ele advoga para uma consciência independente da mediação social, ou de uma consciência que consegue se blindar da perturbação social (assim como já estava anunciado com o homem parentético).

Podemos assim ler que “a sociedade moderna não se reconhece como miniatura de um cosmos maior, mas como um contrato amplo entre seres humanos” (Ramos, 1989, p. 54). Ou, em outra passagem, “na sociedade moderna, não se supõe que o estado dos negócios cotidianos do mundo seja verificado segundo um paradigma de ordem cósmica” (Ramos, 1989, p. 54). Esse alegado rompimento com uma “ordem cósmica” é o que o autor busca recuperar, o que demonstra que, para ele, a vida em sociedade é, por si só, viciosa.

As bases da razão substantiva, para Ramos, estão nos autores da filosofia grega clássica. Segundo o sociólogo, os autores clássicos “nunca imaginaram a socialidade como uma condição peculiar ao homem, mas sim uma condição que ele partilhava com outros animais” (Ramos, 1989, p. 28). Essa referência é retomada por Ramos logo no primeiro capítulo da obra, argumenta o autor que nas formações sociais mais regredidas, “a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico ou social” (Ramos, 1989, p. 3).

Ao mesmo tempo, a inevitabilidade do conflito entre homem e sociedade foi, nesta obra, reiterada de maneira ainda mais enfática ao escrever que o “conflito entre o indivíduo e os sistemas sociais projetados é permanente e inevitável, e só pode ser eliminado pela morte do ser humano ou por sua paralisia, mediante exagerada adaptação às condições sociais exteriores” (Ramos, 1989, p. 100). De maneira similar ao pressuposto que sustentava a criação do homem parentético, naquela ocasião, o conflito entre o “sujeito” e a “organização” (Ramos, 1963), o autor permaneceu sustentando uma visão que advogou pela ausência de alternativa para tal conflito ou a fuga do enfrentamento.

Toda essa argumentação que leva à racionalidade substantiva localizada numa psique simbolicamente construída é produto dessa contínua relação de aproximação e afastamento do autor com o existencialismo, no qual inclusive há “uma glorificação do

indivíduo isolado, voltado para si mesmo” (Lukács, 1979, p. 108). Segundo Ramos, “O existencialismo é filosofia da resistência à organização” (Ramos, 1963, p. 148).

Essa crítica do autor à socialização e a defesa da necessidade de elevar o indivíduo a um plano superior trazem uma referência ainda que indireta aos textos dos anos 1930, há momentos em que o retorno do autor a tais materiais aparece centralmente na obra mais derradeira. Exatamente nessa retomada acerca do caráter de “pessoa”, Ramos recupera os elementos dos textos nos quais diferenciava pessoa e indivíduo. É importante considerar ainda a menção direta às filosofias existencialista e da vida, apresentadas como exemplo, disse o autor

A experiência envolve um salto do fechado para o aberto (Bergson, 1956. p. 77), das normas sufocantes que caracterizam uma era peculiar para dentro da eternidade. Especialmente em Kierkegaard, o salto é equivalente à autodescoberta individual. “Lançando-se às profundezas”, diz ele, “a pessoa aprende a ajudar-se a si mesma” (Kierkegaard, 1962, p. 58) (Ramos, 1989, p. 170).

Esse salto simbólico nada mais é do que uma forma especulativa de recuar diante dos problemas concretos e apelar para elementos transcendentais, que levam à eternidade, ou “uma espécie de ato de contrição, que cria as bases para a fruição das outras dimensões da vida” (Gurgel, 2020, p. 84). E isso pode ser suficientemente indicado com a recuperação nesta obra do conceito de “pessoa humana”. Este conceito era articulado centralmente nas suas obras ligadas ao cristianismo e assim, como apontou Gurgel (2020), ela é rearticulada em sua obra derradeira.

Seguindo argumentando acerca dos do domínio da sociedade de mercado sobre todas as esferas da vida, disse o nosso sociólogo que “através desse processo, o cidadão está fadado a perder sua competência artesanal, a força de que dispunha para afetar as linhas de produção do mercado. A nação transformou-se numa sociedade organizacional e a pessoa humana num homem de organização” (Ramos, 1989, p. 96). Na sequência, ao comentar acerca do avanço das forças produtivas no interior da sociedade capitalista, lamentou que a “deformação da pessoa humana, imposta por essa transição, tem sido o preço psicológico pago pela criação da logística da abundância de bens primordiais para todos. Essa é a grande transformação, a ser creditada ao sistema de mercado” (Ramos, 1989, p. 99). E com as experiências simbólicas há “um domínio profundo da pessoa

humana, intocado pelo processo da socialização” (Ramos, 1989, p. 101).

Considerando essas passagens em *A Nova Ciência*, a “pessoa humana” aparece exatamente como essa representação de um indivíduo puro que foi deformado pela sociedade de mercado que precisa recuperar seu contato com o simbólico, desenvolver a racionalidade substantiva. Em *Introdução à Cultura*, livro de 1939, no qual o autor está ainda mais influenciado pelo existencialismo, Ramos repete aspectos que estão tanto em *A Nova Ciência* quanto na sua construção do homem parentético. Especialmente esses aspectos ligados ao conceito de homem. Naquela obra, o autor deixa claro o pessimismo acerca do tempo presente e a necessidade de reelaborar a concepção de homem. Acompanhando sua argumentação, há também uma rejeição da modernidade, de modo que

o homem moderno é o único, na história, sem nome. Isto porque se fez um escravo dos automatismos inconscientes, do econômico, do progresso, se fez escravo dos seus meios erigindo-os em fins. Anulou-se como personalidade identificando o seu destino com o destino dos partidos a que pertence, se fez um brinquedo das fatalidades históricas em vez de dirigir estas fatalidades na realização de um bem comum. O homem moderno está esgotado, e toda terapêutica oportuna, no momento, consistirá numa surpresa de si mesmo, realizada por este homem, sem rosto, do mundo moderno, que vive ausente de si (Ramos, 1939, p. 37).

Está patente a mesma ideia de que a modernidade foi negativa para o homem e que o abandono deste homem aos automatismos, ao econômico é um aspecto que contribui com a sua contínua deterioração. Em outro texto do mesmo período, advertiu o autor de maneira ainda mais enfática que “é a decomposição de todos os valores humanos e eternos que se observa neste mundo moderno nós temos de opor uma pureza de atitudes e uma inocência de coração absolutas” (Ramos, 1937, p. 165). Esse é o mesmo movimento que o próprio autor perfaz na sua obra derradeira, isto é, o abandono da socialização e a busca de uma transcendência, que nas primeiras obras se expressa por meio de um tipo de individualidade construída por determinados valores puros. A partir dessa constatação, o autor introduz o conceito de pessoa ao dizer que “o primeiro ato revolucionário, em verdade, praticado por um homem é esta constatação de sua pessoa, de sua vocação sobrenatural” (Ramos, 1939, p. 5). A caracterização do indivíduo, de uma maneira geral, possui a mesma linha argumentativa que levou o autor a falar da

“deformação da pessoa” em A Nova Ciência.

Por conseguinte, conceito de pessoa, ou pessoa humana, é contraposto ao conceito de indivíduo. Argumenta que o indivíduo possui uma razão específica, uma vez que o “indivíduo é essencialmente organizador. Sua razão, utilitária. Nunca tem por fim o bem e o belo absolutos, mas o útil” (Ramos, 1939, p. 64). Como Azevedo (2006) e Gurgel (2020) puderam observar, tanto o problema da pessoa humana quanto a diferenciação das racionalidades conformam-se como uma referência direta adotada em A Nova Ciência. A razão utilitária se aproxima da razão instrumental. Esse indivíduo, ligado às coisas mundanas, portanto, estaria conectado com a razão utilitária.

Cabalmente, o “indivíduo é um ser social que vive rodeado de tabús aos quais rende culto” (Ramos, 1939, p. 68). Em seus termos, a “pessoa, porém, penetra na essência das coisas e nega-se a deixar informar-se pelo “exterior porque suas raízes se localizam no eterno e não no passageiro” (Ramos, 1939, p. 71). A busca do autor é desenvolver um tipo de individualidade que somente se manifesta em termos espirituais e se distancia das relações sociais. Nesse sentido, considerando o saudosismo em relação ao passado, a pessoa recupera os aspectos que foram eliminados com a modernidade

Conforme mostrou Faria (2009), Ramos desenvolve um certo tipo de idealismo. Mais especificamente o que Lukács chamou de terceiro caminho da filosofia. Ramos procede-se de modo a de “expulsar o idealismo pela porta, para fazê-lo voltar pela janela porque admitindo-se que a existência não pode existir sem a consciência” (Lukács, 1979, p. 68). O brasileiro admitia um mundo que existe independentemente da consciência, mas “um mundo cuja estrutura e essência não deixam de ser determinados pela consciência individual” (Lukács, 1979, p. 72).

Nessa direção, na obra final, procura caracterizar a pessoa de uma maneira diferente ao conceito de indivíduo, que para o sociólogo estava ligado ao comportamento dos animais. Assim, diz Ramos,

os pensadores clássicos estavam preocupados com aquela característica do homem que faz dele uma criatura *sui generis*, que não se inclui completamente no reino natural, e reconheciam que essa característica é a percepção que o homem tem da atividade da razão em sua psique. Pelo exercício da razão, e vivendo de acordo

com os imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político (Ramos, 1989, p. 28).

Há algumas modificações sutis em alguns termos. Em *Introdução à Cultura*, o autor valorizava a natureza divina da pessoa humana; em *A Nova Ciência*, fala da transformação num ator político. E isso fica claro quando a própria noção de razão substantiva, inspirando a ação política, é também tomada a partir das experiências do mundo antigo. Sobretudo considerando que a razão era para Ramos tão somente dedicada à ordenação social:

a razão era entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e assim, a ordenar sua vida pessoal e social. Mais ainda, a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico ou social (Ramos, 1989, p. 2).

A despeito disso, Ramos seguiu a sua argumentação sustentando que, para esses autores clássicos, o elemento político se sobrepunha à economia – por isso também a lamentação de que o mercado na modernidade se livrou das “peias da política”. Nessa hierarquia da sociedade grega, portanto, a política estaria acima do “social” e do “econômico”. Seu objetivo foi enfatizar um indivíduo que se liberta da socialização, que talvez somente fosse possível numa sociabilidade antiga. Ainda que não a mencione em suas obras finais, a ideia do homem parentético é retomada. O autor exaltou um tipo de homem, dotado de certos preceitos éticos, que se desenvolveu a despeito das mediações sociais que poderiam torná-lo possível. Nesse sentido,

o bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é, antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético. Na verdade, os processos não regulados do mercado jamais podem gerar uma boa sociedade. Tal sociedade só pode resultar das deliberações de seus membros em busca da configuração ética, substantiva, de sua modelo de alocação associada (Ramos, 1989, p. 52).

É interessante notar que, como em outros momentos de sua obra, o autor defendeu uma certa democratização da sociedade. Mas como se baseia numa noção que rejeita a própria vida social, sua referência está no romantismo com o mundo antigo. Relacionando assim esse aspecto teórico-filosófico com o projeto político, a razão

substantiva interna ao indivíduo habilita-o para criar as condições de regulação do mercado.

A mesma rejeição à modernidade está patente, de maneira mais tímida em Mito e Verdade e de forma aberta em A Nova Ciência, assim como a ideia de que a socialização é negativa para o homem e deve ser superada por meio da transcendentalidade interior. É interessante notar como a crítica de Ramos à modernidade, e à ciência social moderna, tem uma relação muito próxima com a crítica pós-moderna, ainda que Ramos não tenha relação direta com os autores desse movimento. Uma das características do pós-modernismo, segundo Netto, vai na mesma direção da crítica desenvolvida por Ramos. Segundo Netto, para a tradição pós-moderna

Para os pós-modernos, na imanência da razão moderna, a dimensão instrumental estaria inevitavelmente vocacionada para “colonizar” a dimensão emancipatória. E ao movimento da razão moderna que os pós-modernos creditam as realidades constitutivas da sociedade urbano-industrial, com a sua coorte de sequelas deletérias - nas elaborações pós-modernas, a realidade da ordem burguesa contemporânea aparece como derivada do dinamismo interno da razão incondicionada, que tudo pode (Netto, 2010, p. 262-263).

Embora em Ramos o problema esteja em termos mais abstratos, é possível ver o mesmo raciocínio, uma vez que a ciência social moderna, ancorada na racionalidade instrumental, legitima a sociedade de mercado e fundamenta todas as suas vicissitudes³. Ramos também busca uma certa emancipação da razão com a racionalidade substantiva.

Na construção da racionalidade substantiva se desenvolve uma crítica que parte da modernidade, mas que ao mesmo tempo revela a busca por uma consciência que produz a si mesma e se emancipa das relações sociais, habilitando a produzir as novas

³ Esse entendimento inclusive vai além do pensamento pós-moderno e é compartilhado por autores de outras tendências, como Habermas. Segundo ele “A natureza” compreendida e dominada pela ciência, surge de novo no aparelho de produção e de destruição e que mantém e melhora a vida dos indivíduos e, ao mesmo tempo, os submete aos senhores do aparelho. (Habermas, 1987, p. 51). Outro autor que tem um entendimento aproximado é Marcuse, para quem “os princípios da ciência moderna foram uma estrutura apriorística de tal modo que puderam servir de instrumentos conceptuais para um universo de controle produtor automotor; o operacionalismo teórico passou a corresponder ao operacionalismo prático. O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu, assim, tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem por meio da dominação da natureza. A razão teórica, permanecendo pura e neutra, entrou para o serviço da razão prática. A fusão resultou benéfica para ambas. Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve tôdas as esferas da cultura (Marcuse, 1973, p. 153-154). Em ambos os casos está patente a relação estabelecida entre o avanço das ciências e a dominação, sem considerar as mediações sociais que levam a esse resultado.

alternativas demandadas pelos problemas identificados pelo autor. De maneira mais ampla, trata-se da crítica da cultura capitalista, muito comum ao pensamento alemão e em autores admirados por Ramos como Weber. Embora nos autores alemães há uma tendência de concluir pela inevitabilidade do capitalismo, Ramos seguirá o caminho da nostalgia com o mundo antigo. Da mesma maneira, são vistos de maneira preliminar elementos que constroem seu modelo, como a inspiração no mundo antigo. Esta inspiração será vista com mais detalhes adiante.

A sociedade antiga como fonte para a delimitação dos sistemas sociais

Em *A Nova Ciência*, o autor brasileiro segue o esforço envidado desde as obras da década de 1970. Concentrou-se sobretudo no problema do controle do mercado. No momento de elaboração do conceito de homem parentético, havia no autor um impulso de dar uma resposta, em alguma medida, aos problemas causados pelo domínio das grandes corporações sobre a vida cotidiana, o que ele nomeou como “organização”, mas a própria referência à obra de W. Whyte, mostra como o poderio das corporações era uma preocupação já nos anos 1960. Na obra dos anos 1980, o autor não coloca em nenhum momento a presença da crise no seu expediente, mas como a proposta do livro é, dentre outras coisas, disciplinar o mercado e valorizar o papel do Estado na economia inclusive no que toca a exploração dos recursos naturais.

N’A *Nova Ciência das Organizações*, sua mais decisiva alude às sociedades já superadas. Nosso autor busca na intelectualidade e nas exemplaridades de organização social do mundo antigo, pré-capitalista, as referências centrais para a construção de uma alternativa de controle político do mercado.

Nos escritos tardios, como foi possível antecipar, Ramos sempre colocou em evidência a sua rejeição do liberalismo, ou das teorias que apregoam o livre mercado, como também se colocou contrário à economia política clássica e ao socialismo. Não pelas mesmas razões exatamente, mas ambas as “fórmulas” estavam falidas. A despeito do seu diálogo com o keynesianismo, sua referência sempre foi a organização social do mundo antigo. Para ele,

antes do advento da economia política sempre existiu uma teoria alocativa que predicava o primado das deliberações políticas sobre o

processo de criação e distribuição de riqueza. Essa teoria assumiu elevado grau de explicitação sofisticada na Política de Aristóteles e, desde então, nunca cessou de existir como alicerce de contínuo esforço da análise do processo alocativo (Ramos, 1981c, p. 4)

A referência dos autores da filosofia clássica se dá porque neles havia a defesa do disciplinamento do mercado (que também é tomado como um conceito abstrato e supra histórico). Tratava-se, porém, não somente de recuperar os escritos dos filósofos clássicos, mas também restaurar a sociedade antiga. Para Ramos, foram nas sociedades antigas em que houve o mais perfeito disciplinamento do mercado pela política. Este é o fundamento de seu mais acabado projeto político-econômico. A sua inspiração para a superação do predomínio do mercado estava então nas formas de sociedade antigas porque

nas sociedades pré-capitalistas a alocação de recursos é regulada por critérios institucionais aos quais o mercado se subordina. afirma que as chamadas leis do mercado são inadequadas para explicar as relações de produção e troca em sociedades pré-capitalistas. Aí inclusive as pré-letradas. As leis do mercado não são universais, tendo apenas limitada validade nas sociedades que se formaram no decorrer da grande transformação de que resultou o moderno sistema capitalista, isto é, uma configuração histórico-social excepcional na história da espécie humana (Ramos, 1981b).

Em suma, nas sociedades pré-capitalistas a alocação de recursos é regulada por critérios institucionais aos quais o mercado se subordina. Com a nova ciência das organizações, o autor “prefere migrar da economia institucionalizada para a economia livre, constituída pelas associações voluntárias e sistemas sociais, comunais ou conviviais” (Ramos, 1981b).

Isso também acontece com a ideia de recuperar o industrialismo orgânico, que “objetivou o incremento da produtividade de bens e serviços respeitando os limites impostos pela vida humana associada e pela natureza”, tendo assim condições de “Conter e disciplinar a propensão hedonística do ser humano de consumir desejos” (Ramos, 1981c, p. 5). Esse industrialismo orgânico, que nas palavras do autor vigeu até o século XIX, deveria então ser retomado: “A restauração do industrialismo orgânico, graças ao refinamento do conhecimento e à capacidade processativa de tecnologias contemporâneas não distorcivas da condição humana e do ecossistema, é um requisito de universalização da prosperidade” (Ramos, 1981c, p. 5). Além da indústria, tratava-se de uma forma de

disciplinar o mercado “como agência alocadora de recursos” (Ramos, 1981c, p. 5). Nesse sentido, defende o autor o Estado como “a agência soberana reguladora da alocação de recursos e administradora da justiça” (Ramos, 1981c, p. 5).

Na mesma direção, o autor brasileiro era consciente de que a exploração da natureza era também mais racional no mundo antigo. É possível ler que

Nos séculos pré-modernos, a prosperidade material e a riqueza eram resultados de feitos humanos, mas tais feitos representavam transações inteligentes com a natureza como ela era dada. As necessidades do homem eram consideradas limitadas e a produção de bens deveria ser obtida através da colaboração do homem com os processos que a própria natureza gerava, e não pela escalada sistemática desses processos, mediante implementos tecnológicos e sem consideração dos imperativos termodinâmicos da natureza (Ramos, 1989, p. 34).

Em seu projeto, o autor chama atenção para aspectos positivos, que dão respostas para os problemas centrais identificados por ele na modernidade, mas deixa de lado as condições em que se davam essas relações com a natureza. Não considera, por exemplo, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e seu impacto sobre a sociabilidade antiga.

Há um destaque para os feitos atingidos por aquelas sociedades diante das restrições. Ramos inclusive entendia que, por conta de uma exploração mais moderada da natureza, o avanço tecnológico do mundo antigo era entendido como o mais alto grau possível. Segundo ele,

na Grécia, por exemplo, invenções atribuídas a Hero e a Arquimedes dão prova de um avançado estágio de tecnologia. Mas a aplicação da tecnologia à produção era limitada por razões políticas e éticas. Tecnologia, para os gregos, nem deveria constituir preocupação de um homem livre, nem deveria violar os processos autogerados da natureza. Era como se os gregos, e outros povos antigos, tivessem a percepção de ser a economia parte integrante do sistema biofísico. O consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta da economia instituída nas sociedades pré-modernas. No século XIII, Santo Tomás de Aquino reiterava essa opinião. Seguindo Aristóteles, advertia contra a proliferação das necessidades socialmente induzidas, estabelecendo uma distinção entre riqueza natural e artificial. A primeira “serve para afastar do homem suas naturais deficiências, tais como comida

e bebida, vestuário, veículos, abrigo e coisas que tais”. A “riqueza artificial”, como, por exemplo, dinheiro, tinha sido inventada por arte do homem para servir de medida de coisas permutáveis” (Ramos, 1989, p. 35).

Essa admiração de Ramos pelo mundo antigo vai se consolidando na medida em que, em nome do controle político da economia, as próprias deficiências daquelas sociedades, como a escassez material, são vistas como virtude. Considerando o controle político da economia, enfatiza o autor que a “economia, aqui, está incrustada na tessitura social, e não constitui um sistema auto-regulado. Em outras palavras, numa sociedade não-mercantil, ninguém vive sob a ameaça do chicote econômico” (Ramos, 1989, p. 124). É importante notar que a própria subordinação do valor de troca resultava também do baixo desenvolvimento social, uma vez que “a sociedade grega se baseava no trabalho escravo e, por conseguinte, tinha como base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho” (Marx, 2013). De maneira que:

O segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria [Warenform] é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante (Marx, 2013).

A própria sociedade escravista era uma limitação que evidentemente não permitia que houvesse um desenvolvimento do sistema de trocas, que só foi possível com o desenvolvimento do capitalismo. Como isso levava também a um sistema de trocas mais limitado e o mercado disciplinado, o autor desconsiderava os problemas e o baixo desenvolvimento social para ressaltar como essas sociedades do mundo antigo como modelo exemplar. Não é falso reconhecer as virtudes de formas de sociedade antigas, isso fica claro quando o autor debateu o problema do emprego, por exemplo.

No plano estrutural dessas sociedades, e desemprego como uma característica de desocupação era inconcebível," já que as mesmas asseguravam uma função produtiva a qualquer pessoa que reconhecessem como um de seus membros. Em tais sociedades, o que poderia se assemelhar ao desemprego em massa de nossos dias era, antes, resultado esporádico de acontecimentos perturbadores, como as secas, as guerras, as rixas entre famílias, ou as pragas. O fato de pertencer a essas sociedades, por si só, dava ao indivíduo a

possibilidade de estar livre de morrer de fome. A morte pela fome só aconteceria como um fenômeno coletivo, causado por uma catástrofe natural ou social, que afetaria todos os membros da sociedade (Ramos, 1989, p. 101).

Ramos chama a atenção para o aspecto positivo em comparação com o contemporâneo, mas não aponta para as limitações materiais como sustentação desses pontos. Era exatamente o cenário de escassez e produtividade muito limitada que obrigava a cooperação de todos, a força do que ele chama de “acontecimentos perturbadores” é uma mostra disso. Nesse sentido, o autor se aproxima de um certo anticapitalismo romântico, que enxergava certos aspectos do modo de produção capitalista, mas tinha em mira o retorno a formas de sociedade superadas. Essa aproximação como o passado inclusive levava a afirmações exageradas, tal como considerar que “o trabalhador pré-industrial era privado de refinadas atividades de lazer, mas era dono de si mesmo, não um fator de produção a ser tratado como mercadoria, e avaliado de acordo com a lei da oferta e da procura” (Ramos, 1989, p. 106). Ramos não considera, contudo, que em outras sociabilidades, baseadas no trabalho escravo ou servil, o trabalho era propriedade, não havia sequer trabalho livre.

Essa discussão acerca do mundo antigo pode ser tratada a partir do entendimento sobre as reciprocidades entre o desenvolvimento material e objetivo daquelas sociedades e a sua organização política. Segundo Marx, é possível ler que

por que a infância histórica da humanidade, ali onde revela-se de modo mais belo, não deveria exercer um eterno encanto como um estágio que não volta jamais? Há crianças mal-educadas e crianças precoces. Muitos dos povos antigos pertencem a esta categoria. Os gregos foram crianças normais. O encanto de sua arte, para nós, não está em contradição com o estágio social não desenvolvido em que cresceu. Ao contrário, é seu resultado e está indissolivelmente ligado ao fato de que as condições sociais imaturas sob as quais nasceu, e somente das quais poderia nascer, não podem retornar jamais (Marx, 1993, p. 111, tradução nossa).

É fundamental considerar que mesmo o desenvolvimento político do mundo grego deve ser considerado como resultado do seu tipo de sociedade e desenvolvimento regredido das forças produtivas. E, acima de tudo, é um tipo de sociedade já superado, cujo retorno não se apresenta mais como uma alternativa. E que, portanto, aquelas formações são pertencentes àquele estágio de desenvolvimento que foi superado.

Seguindo a argumentação de Chasin, é possível entender que a própria comunidade que se formava dava as condições de possibilidade do desenvolvimento pessoal e as restrições materiais para esse desenvolvimento. É importante notar que a característica de naturalismo ou de horda, que para Ramos eram próprias da evolução das relações sociais modernas, era um aspecto mais comum às próprias sociedades antigas exatamente por conta dessas restrições dadas pela vida comunitária. Nisso se vê que “indivíduo e gênero são imediata e transparentemente inseparáveis e suas relações traduzem essa unidade fundamental, tornando desconhecida e impensável qualquer tipo de cisura que contraponha ou, menos ainda, torne excludentes entre si as figuras de sua polaridade” (Chasin, 2023, p. 27). A regressividade das sociedades antigas colocava assim obstáculos para a sua transformação positiva, aquela vida comunitária era também produto de uma ausência de alternativas reais. Exatamente porque na base daquelas sociedades antigas estavam as limitações das forças produtivas,

limitações essas que atravessam e se irradiam por todas as dobras, veios e poros desse padrão de sociabilidade, desde as mais remotas e germinais e por todo o gradiente das formações pré-capitalistas. Em todas as suas modalidades, o fundamento do evoluir é a reprodução inalterada das relações entre indivíduo e gênero, compreendidas e aceitas como dadas e fixas na tradição, o que perfaz os contornos de uma existência objetiva que é definitiva e predeterminada, tanto no relacionamento com as condições de trabalho, quanto no relacionamento do homem com seus parceiros de atividade em todas as formas da práxis social (Chasin, 2023, p. 27).

Por esta razão não é possível compreender aquelas organizações societárias como passíveis de serem projetadas para o presente. De modo que “aí, a potência evolutiva é, pois, restrita e limitada desde o princípio, embora certas instituições e os indivíduos possam parecer grandes ou notáveis. Mas é inconcebível o livre desenvolvimento do indivíduo ou da sociedade, porque tal evolução é contraditória com a matriz do relacionamento original” (Chasin, 2023, p. 27). Na medida em que se desenvolve materialmente, a humanidade também aniquila a possibilidade de recuperação daquele tipo de organização social. Em outros termos, “o desenvolvimento das forças produtivas dissolve essas formas de sociabilidade, ainda muito próximas e dependentes da natureza, e sua própria dissolução é um progresso das forças produtivas humanas” (Chasin, 2023, p. 28). Isso pôde ser mais bem explicado por Marx:

Todas as formas de sociedade anteriores morreram ao desenvolvimento da riqueza – ou, o que é a mesma coisa, do desenvolvimento das forças produtivas sociais. Por essa razão, entre os antigos, que disso tinham consciência, a riqueza era denunciada diretamente como desintegração da comunidade. A constituição feudal, por sua vez, pereceu da indústria urbana, do comércio, da agricultura moderna. (Até mesmo em razão de invenções isoladas, como a pólvora e a máquina impressora.) Com o desenvolvimento da riqueza – e, em consequência, também de novas forças e do intercâmbio ampliado dos indivíduos –, dissolveram-se as condições econômicas sobre as quais se baseava a comunidade, bem como as relações políticas das diferentes partes constitutivas da comunidade que lhes correspondiam: a religião, em que a comunidade era vista de modo idealizado (e ambas se baseavam, por sua vez, em uma relação dada com a natureza, na qual se resolve toda força produtiva); o caráter, a concepção etc. dos indivíduos. Só o desenvolvimento da ciência – i.e., a forma mais sólida da riqueza, tanto seu produto quanto sua produtora – era suficiente para dissolver tais comunidades. No entanto, o desenvolvimento da ciência, esta riqueza ideal e ao mesmo tempo prática, é apenas um aspecto, uma forma, em que se manifesta o desenvolvimento das forças produtivas humanas, i.e., da riqueza (Marx, 2011, p. 540).

Nessa direção, é possível também entender a função da política, por exemplo, nessas sociedades. Os elementos até aqui apresentados são suficientes para dizer que não se trata somente do produto de uma mente iluminada que representa a forma mais acabada de organização social. Pelo contrário, a centralidade da política naquelas condições é produto de um tipo de sociabilidade regredido. Ou seja, tratava exatamente da forma mais adequada para a manutenção daquele tipo de sociabilidade. Dito de outra maneira,

são exatamente esses limites da comunidade – os flancos múltiplos da debilidade de suas forças produtivas, que se reapresentam organicamente para o indivíduo e condicionam, pelos mesmos motivos, os limites deste – que geram a necessidade e os espaços próprios para a emergência da figura do estado e de seu modo próprio de exercitação – a política, atividade correlata ao poder, por sua conquista e conservação ou pela contraposição dos que ainda não o detêm (Chasin, 2023, p. 29).

Mais do que fazer qualquer avaliação acerca do grau de iluminação da centralidade da política nas sociedades pré-capitalistas, é fundamental considerar essa relação intrínseca com a falta de alternativas de organização e com o estreito laço da política com a manutenção diante das limitações materiais.

Essas limitações materiais colocam os limites da atuação da política. Ainda que a sua exercitação se apresente como um modelo razoável, ela responde à manutenção da regressividade da base material. Consequentemente, segundo Chasin, “cabe observar que, inversamente proporcional às forças socioprodutivas, tanto mais destacado é o papel do poder político quanto mais débil for a capacidade de autorresolução social de uma formação humano-societária” (Chasin, 2023, p. 31-32). E de maneira conclusiva,

foi a fragilidade da comunidade antiga que fez brotar pela primeira vez a política em seu perfil mais atraente, não como produto de suas melhores qualidades, mas precisamente da pequenez de suas energias societárias ou da extensão restrita de suas grandezas intrínsecas. (Chasin, 2023, p. 33).

Ramos extrai aspectos virtuosos das comunidades antigas excluindo essas condições históricas que garantiram seu surgimento e evolução e as coloca como horizonte possível de um mundo que não mais existe. Trata a centralidade da política e suas virtudes no mundo antigo como um modelo ideal replicável a qualquer tipo de sociedade. Portanto, retira o seu conteúdo. A própria tentativa de relacionar essa centralidade da política no mundo antigo com as medidas keynesianas mostra como o autor produz uma alternativa descolada das alternativas concretas de seu tempo. Por outro lado, é importante reiterar que o próprio autor reagiu positivamente às próprias debilidades materiais daquelas sociedades, quando exaltava a relação do avanço material com a exploração da natureza nas sociedades pré-capitalistas.

O aspecto central na inspiração para seu modelo se dava na exata medida em que as sociedades mais arcaicas conseguiam combinar as atividades calculistas com as atividades “substantivas” com o predomínio das segundas. Seguindo a ideia de que a racionalidade substantiva do controle político da economia colocava em segundo plano o trabalho material. Nas sociedades arcaicas o enfrentamento da “organização” com as ações mais espontâneas era mais efetivo:

Em tais sociedades, a maior parte do espaço vital humano mantinha-se disponível sobretudo para a interação social, livre das repressões da organização formal. Em outras palavras, os tipos de ação calculista eram incidentais e frequentemente classificados sob regras de interação social primária (Ramos, 1989, p. 125).

Considerando o aspecto da razão substantiva, que seria capaz de articular a

dominação da economia pela política, é interessante acompanhar o destaque para os elementos simbólicos, a base da razão substantiva, destacados naquelas sociedades pré-modernas:

Em todas as sociedades primitivas e arcaicas, a vida simbólica foi predominante e manteve os padrões de economicidade em condição periférica e subordinada. Nas sociedades primitivas, as atividades económicas são ocasionais, quase sempre restritas a situações em que os homens se defrontam com o problema da utilização de recursos naturais, reclamados por sua existência prática e, assim, as relações entre eles nunca são determinadas apenas por critérios de economicidade. De fato, antropólogos de várias correntes teóricas ofereceram provas de que nas sociedades pré-capitalistas é difícil identificar comércio entre indivíduos causado por motivação puramente económica. Antes da sociedade de mercado, nunca existiu uma sociedade em que o critério económico se tomasse o padrão da existência humana. (Ramos, 1989, p. 126-127).

Para o autor, o próprio desenvolvimento material poderia ficar colocado em segundo plano, considerando o avanço da vida simbólica. Entendendo que a rudimentariedade da vida material correspondia também a um retardo no plano cultural, como o baixo desenvolvimento das ciências, por exemplo, e um predomínio de traços irracionais, esses últimos eram exatamente valorizados pelo autor brasileiro. O disciplinamento da economia pela política é analisado nos termos do reino do simbólico. Como a razão substantiva é ela mesma causa de si mesma, é significativa essa relação estabelecida entre a identificação da razão substantiva no mundo antigo e a própria organização social do mundo antigo como referência. De modo mais explícito, elabora a valorização do simbolismo, buscando simplesmente reposicionar “confiança, virtude, valia, amor, auto-atualização e autenticidade” do campo econômico para o simbólico, seguindo a linha de uma mudança de racionalidade.

A questão é que a ascendência do mercado e das relações econômicas de troca, não se deu pela imposição da ciência social moderna, mas foi uma transformação na base social. A superação dos modos de produção escravistas e servis pelo capitalismo colocaram abaixo aquele predomínio da política. Esse processo social fez surgir suas formas de consciência, como a ciência social moderna criticada por Ramos. O autor brasileiro busca retomar um modelo de organização social do mundo antigo que já estava superado, e que possuía alternativas incompatíveis com os problemas modernos

identificados pelo autor.

N'A Nova Ciência, a base do argumento do autor passa pela a condenação do avanço das forças produtivas, da modernidade e da ciência que a legitima e a saída pelo mundo antigo e centralidade das experiências simbólicas e transcendentais, que se consolidam na racionalidade substantiva. Isso inclusive mitiga seu keynesianismo, não por conta das insuficiências políticas do inglês, mas porque o projeto de Ramos se inspirava muito claramente nos enclaves do mundo antigo, no qual o mercado sequer tinha as mesmas funções do mundo moderno. Caracterizou, portanto, o modelo paraeconômico como aquele no qual o “mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem o conjunto da tessitura social. Em outras palavras, o mercado tem critérios próprios, que não são os mesmos dos outros enclaves, nem da sociedade como um todo” (Ramos, 1989, p. 184). O apego ao passado e às sociedades já superadas leva Ramos a não vislumbrar alternativas reais para tal modelo, senão no passado já superado. Sua vontade não encontra guarida nas suas escolhas teórico-filosóficas.

Desse modo, a pretensão de Ramos de reconstruir uma organização societal que tenha uma orientação ética, e determinada consciência ecológica, uma tentativa de reorganizar o capitalismo se desenvolve com um projeto de retorno às sociedades pré-capitalistas. Não é coincidência o fato de que exatamente nessas sociedades antigas o autor via a manifestação da racionalidade substantiva.

De maneira geral, o problema constatado pelo autor: a ingerência da sociedade moderna e a sua incapacidade de estabelecer uma exploração racional dos recursos e sua devida distribuição é respondido de duas maneiras. Por um lado, a questão primordial para o autor é afastar o indivíduo da sociabilidade, identificada como a grande irradiadora dos problemas modernos, cabendo ao indivíduo buscar o refúgio da psique. Da mesma forma que o indivíduo teria a capacidade de se isolar em si mesmo, seria possível construir uma sociedade na qual a política disciplina o mercado. Como esse procedimento fora identificado pelo autor como comum ao mundo antigo, a sua proposição é reformar o modelo de organização social dessas sociedades já superadas.

Considerações finais

O texto teve por objetivo principal caracterizar o novo modelo de alocação de recursos proposto por Ramos na sua Nova Ciência das Organizações. Foi possível mostrar como o autor busca restaurar formas organizativas do mundo antigo como alternativas para a crise do capitalismo diante do fracasso das medidas liberais e do keynesianismo, ao mesmo tempo em que busca numa certa renovação do idealismo e na crítica da cultura a formulação de uma razão adequada para superar a ciência moderna. Diante de sua crítica à modernidade, o autor sinaliza para a nostalgia da volta ao passado. Ainda que o próprio autor mencione exemplos a respeito da economia informal, como alternativa ao mercado, o que corresponderia ao papel da “paranomía” no seu modelo proposto, o fundamento é a recuperação da formação social grega com o disciplinamento do mercado pela política.

Em A Nova Ciência das Organizações, Ramos sugere uma continuidade com a redução sociológica, obra dos anos 1950, ainda ligada ao nacional-desenvolvimentismo. Ainda assim, parece ainda mais forte o laço com Mito e Verdade da Resolução brasileira e com suas obras dos anos 1930. Nelas, está muito evidente a marca de um conflito entre indivíduo e sociedade, que para o autor é um aspecto determinativo da sociedade moderna. Essa ideia sustenta a construção da racionalidade substantiva, a fuga do indivíduo para dentro de si, e a inspiração nas organizações sociais antigas para a produção de seu modelo. Assim a razão substantiva, além de “retornar a razão à psique humana e, assim, reforçar seu papel normativo na ordenação da vida pessoal e social”, remetia ao indivíduo típico do mundo antigo. Por conseguinte, isso se relaciona com a sua inspiração no mundo antigo, no qual o mercado era controlado pela política, assim como a psique se protege da socialização. Nessas sociedades, “o mercado tinha uma função determinada dentro de rigorosos limites geográficos, longe da corrente maior da vida social, para que não solapasse as bases da comunidade e distorcesse a natureza da comunicação” (Ramos, 1989, p. 89).

A análise de missão social foi capaz de mostrar que a propositura do autor não é simplesmente o desenho de uma nova sociedade ou da legitimação de determinadas formas de organizações sociais alternativas, mas produto de uma crítica do capitalismo e sua crise do final do século XX. Aos problemas de destruição dos recursos e da distribuição da riqueza, que resultam na falência da modernidade, o autor promoveu uma solução desmobilizadora, convidando a uma resistência subjetiva dos indivíduos e

um modelo de organização social semelhante ao mundo antigo, sem que isso superasse o próprio mercado criticado pelo autor. A questão para Ramos não era a dominação do mercado, mas a sua medida de influência na sociedade. Lukács identifica um tipo de pensamento representado por autores como Schopenhauer ou Nietzsche que se promoveu como uma apologia indireta do capitalismo que “destaca, de modo grosseiro, os lados negativos e os horrores do capitalismo; mas não os declara como características do capitalismo, mas da vida humana, da existência em geral” (Lukács, 2020, p. 182). Ramos também identifica tais problemas no capitalismo, mas não os considera problemas da essência humana. O autor, na verdade, busca uma essência humana produzida e perdida no passado, nas sociedades já superadas, reiterando um anticapitalismo romântico.

Entende-se que o texto é contributivo na medida em que Ramos segue como importante influência nos estudos ligados à administração e aos estudos organizacionais, especialmente pelos elementos tratados em sua última obra. É comum o reconhecimento da racionalidade substantiva como elemento a ser perseguido na gestão das organizações, bem como a utilização do modelo alocativo proposto pelo autor como horizonte para a organização social.

Referências

- Azevedo, A., & Albernaz, R. (2015). A razão d'A nova ciência das organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(Edição Especial), 593–604.
- Baran, P., & Sweezy, P. (1966). *Capitalismo monopolista*. Zahar.
- Chasin, J. (1978). *O integralismo de Plínio Salgado*. Livraria Editora Ciências Humanas.
- Chasin, J. (2023). *O futuro ausente*. Verinotio.
- Gurgel, C., & Justen, A. (2021). Para além do homem parentético. *Anais do EnANPAD*.
- Habermas, J. (1987). Técnica e ciência como “ideologia”. Edições 70.
- Lukács, G. (1979). *Existencialismo ou marxismo*. Livraria Editora Ciências Humanas.
- Lukács, G. (2020). *A destruição da razão*. Instituto Lukács.
- Mandel, E. (1982). *Capitalismo tardio*. Abril Cultural.

- Marcuse, H. (1973). O homem unidimensional. Zahar.
- Marx, K. (2011). Grundrisse. Boitempo.
- Marx, K. (2013). O capital (Vol. 1). Boitempo.
- Oliveira, L. L. (1995). A sociologia do guerreiro. Editora UFRJ.
- Paço Cunha, E. (2023). Problemas selecionados em determinação social do pensamento. Verinotio.
- Ramos, A. G. (1939). Introdução à cultura (ensaios). Cruzada da Boa Imprensa.
- Ramos, A. G. (1963). Mito e verdade da revolução brasileira. Zahar.
- Ramos, A. G. (1979, 8 de julho). Um modelo corretivo do impasse econômico. Jornal do Brasil. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22enriquece%20poucos%20indiv%c3%adduos%22&pagfis=159443
- Ramos, A. G. (1979). Modernização e declínio econômico do Brasil. Jornal do Brasil.
- Ramos, A. G. (1979, 25 de novembro). Governo não pode continuar isolado dos cientistas [Entrevista]. Jornal do Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/169047
- Ramos, A. G. (1981, 7 de junho). O governo Reagan e o fim da compaixão. Jornal do Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/34175
- Ramos, A. G. (1981, 26 de julho). Notícia sobre a nova teoria econômica. Jornal do Brasil, Caderno Especial, p. 4.
- Ramos, A. G. (1981, 2 de agosto). Problemas alocativos da economia brasileira. Jornal do Brasil.
- Ramos, A. G. (1981, 11 de outubro). Economia política reconsiderada. Jornal do Brasil. http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/41618
- Ramos, A. G. (1981, 27 de dezembro). As confusões em torno do industrialismo. Jornal do Brasil.
- Ramos, A. G. (1982). A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In A revolução de 30: Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Editora Universidade de Brasília.
- Ramos, A. G. (1982). Minha dívida a Lorde Keynes. Revista de Administração Pública, 16(2), 91–95. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/11447>
- Ramos, A. G. (1989). Nova ciência das organizações. Editora FGV.

Ramos, A. G. (1995). Introdução crítica à sociologia brasileira (2. ed.). Editora da UFRJ. (Obra original publicada em 1957)

Ramos, A. G. (1996). A redução sociológica (3. ed.). Editora da UFRJ. (Obra original publicada em 1958)

Santos, E. L., Santos, R. S., & Braga, V. (2015). Administração do desenvolvimento na perspectiva Guerreirista: Conceitos, contribuições e implicações. Cadernos EBAPE.BR, 13(3), 462–477. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/15511>

Santos, R. S. (2001). Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. Revista de Administração Pública, 35(5), 50–77. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6404>

Serva, M., et al. (2015). A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, 13(3), 414–437.

Tres, G. S., & Souza, W. J. de. (2022). Racionalidade substantiva na gestão comunal de ecovilas. Revista de Administração de Empresas, 62(2), e2020–0893.